



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

Análise do discurso sobre a maconha no Brasil (1824-1932)

BEN HUR DE OLIVEIRA SOUZA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Brasília
2019**



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

Análise do discurso sobre a maconha no Brasil (1824-1932)

BEN HUR DE OLIVEIRA SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

**Brasília
2019**

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

Análise do discurso sobre a maconha no Brasil (1824-1932)

Aprovado por:

Professor orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

**Brasília
2019**

RESUMO

Uma das plantas mais antigas conhecida pelo ser humano, a *Cannabis sativa*, pode ser utilizada para tratamento de epilepsia, bócio, perda de apetite, prisão de ventre, insônia, entre outras enfermidades. Contudo, no Brasil o consumo da maconha é reprimido e contestado por uma grande parcela da sociedade. Essa caracterização negativa sobre a planta foi fortalecida durante o século XIX e XX quando o país passou a ter um aumento da circulação de jornais e revistas, de produções acadêmicas sobre a maconha e leis que passaram a reprimir a população afro-brasileira. A construção desse discurso contra a maconha culminou no Decreto nº 20.930/1932, primeira lei que criminalizou o consumo e venda da planta em todo território brasileiro.

Palavras-chave: Brasil; planta; maconha; africanos; racismo.

ABSTRACT

One of the oldest plants known by humans, *Cannabis sativa*, can be used to treat epilepsy, goiter, loss of appetite, constipation, insomnia, among other diseases. However, in Brazil marijuana use is repressed and contested by a huge portion of society. This negative characterization of the plant was strengthened during the nineteenth and twentieth centuries when the country began to have an increase in the circulation of newspapers and magazines, academic marijuana productions and laws that repressed the Afro-Brazilian population. The construction of this speech against marijuana culminated in Decree No. 20.930 / 1932, the first law that has criminalized the consumption and the sale of the plant throughout Brazilian territory.

Key-words: Brazil; plant; marijuana; Africans; racism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX E A MACONHA	9
3. O DISCURSO SOBRE A MACONHA NO BRASIL IMPÉRIO	14
4. O DISCURSO SOBRE A MACONHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	19
5. O DECRETO 20.930/1932: A MACONHA CRIMINALIZADA	27
6. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

1. Introdução

Os registros do uso da *Cannabis sativa* datam de 27.500 a.C na região da Ásia Central em uma localidade próxima à China, segundo Santos (2016). Muito utilizada como medicamento, usava-se essa planta para o tratamento de prisão de ventre, de cólicas menstruais, de reumatismos e de dores de ouvido. Com o passar dos anos e com o contato das diferentes civilizações que viviam na época, a planta foi levada para outras regiões da Ásia, da África e da Europa. Antes de ser popularizada pelos seus efeitos psicoativos, a maconha ficou conhecida por outras funções que possuía. O cânhamo, fibra que se encontra no caule da planta macho, tem como características sua resistência e maleabilidade, sendo muito utilizado para produção de tecidos, de velas de barcos, de papel, de telas para pinturas, de óleos, entre outros produtos que poderiam ser feitos através dessas fibras, além de ser amplamente utilizada em rituais religiosos.

Os Vedas, textos religiosos do hinduísmo que datam de aproximadamente 200 a.C. e que são considerados alguns dos textos religiosos mais antigos do mundo, relatam o uso da maconha como um néctar divino e atribuem à planta propriedades relacionadas à alegria, felicidade, coragem, libertação, boa sorte e aumento da libido.¹

Até o momento, não há fontes que comprovem quem trouxe a maconha ao país. Os trabalhos acadêmicos sobre a planta divergem sobre quem a conduziu para o Brasil. Alguns dizem que foram os portugueses durante o século XVIII, enquanto outros autores falam que os africanos escravizados a trouxeram durante os séculos XVII e XVIII². No final dos setecentos, com a queda da extração do ouro e dos materiais preciosos no Brasil, a Coroa Portuguesa queria diversificar seus negócios, criando a Real Feitoria do Linho Cânhamo no atual estado do Rio Grande do Sul para ter uma fonte produtora de tecidos e movimentar a economia, conforme Saad (2013). O principal motivo usado como explicação para a tese de que grupos africanos trouxeram a planta com eles é de que esta fazia parte dos seus costumes, sendo um elemento de sua formação sociocultural. Os pesquisadores baseiam-se em evidências etno-linguísticas e etno-históricas, como Mott (1986), para vincular a erva aos africanos. Entre os nomes pela qual a planta era conhecida, durante o século XIX, estão “aliamba, bongo, cangonha, diamba, ganja, gongo, liamba, maconha, marigonga, maruamba, namba, pango, riamba”, terminologias

¹ SANTOS, Rafael Guimarães dos. Breve panorama etnobotânico sobre a maconha. In: Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 61.

² MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: Diamba sarambamba: Textos sobre maconha no Brasil. São Paulo, Editora Ground, 1986, p. 117-135. Disponível em: < <https://luizmottblog.wordpress.com/a-maconha-na-historia-do-brasil/>>, acesso em: 30 Nov. 2019.

provenientes de alguns idiomas falados no continente africano, segundo Mott (1986). Uma das formas mais comuns do consumo da planta era através dos “cachimbos feitos de coco ou cabaça com água”, também conhecido como narguilé, objeto de origem persa, que se difundiu pelo continente africano com islamização das sociedades que lá viviam a partir do século VII.³

No Brasil, o primeiro registro sobre o consumo da maconha é datado em dezembro de 1777, na Capitania de São Paulo. A Inquisição de Lisboa recebeu a denúncia:

A parda Brígida Maria e seu amásio, Roque, natural de Angola, faziam danças chamadas “calundus”, tangendo viola e pandeiro, “fazendo muitos trejeitos e mudanças, dando a cheirar todos os circunstantes certo ingrediente que tinha em uma folha de flandres e que ficavam absortos e fora de si, e ensinava a Brígida que as almas dos mortos se introduziam nos novos. Dizia mais que o “calundu” era o melhor modo de dar graças a Deus, e convidava a todas as pessoas da fazenda para vir ao “calundu” e se alguma se escusava, lhe dava a cheirar e lhe chegava aos narizes uma erva com a qual ficavam absortos e fora de si e esquecidos das obrigações de católicos e entravam na mesma dança...⁴

Essas evidências nos fazem acreditar que, apesar da proximidade do continente asiático, tanto da África, quanto da Europa, a planta tenha sido traga para o Brasil pelos africanos. Esses registros mostram que a relação da sociedade brasileira com a maconha sempre foi complexa e mal resolvida, isso se deve principalmente, pelo fato da planta ter suas raízes vinculadas a população africana que foi trazida para o país.

O século XIX é um período chave para entendermos as sociedades atuais, pois é nele que temos a implementação em massa das indústrias, não só as têxteis, mas também automobilísticas, farmacêuticas, petrolíferas, aperfeiçoamento da indústria bélica; a medicina ganha o *status* e a relevância que tem até hoje em dia, sendo os médicos as pessoas consideradas certas para orientarem as questões de saúde da população. É nesse período que a medicina popular perde credibilidade e que surgem também as grandes indústrias farmacêuticas; a ideia de Estado-nação cresce e os países que surgem durante esse período (e nas décadas seguintes) vão sendo estabelecidos dentro do ideal de um território, de uma língua, de símbolos, de heróis e de uma raça que sustentam este Estado-nação. Com isso, pessoas que não se adequavam aos preceitos básicos de uma nova nação que surgia deveriam ser mortas ou marginalizadas. No caso do Brasil, negros e indígenas não se encaixavam nos critérios necessários para fazerem

³ MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: Diamba sarambamba: Textos sobre maconha no Brasil. São Paulo, Editora Ground, 1986, p. 117-135. Disponível em: < <https://luizmottblog.wordpress.com/a-maconha-na-historia-do-brasil/>>, acesso em: 30 Nov. 2019.

⁴ Idem, ibidem, p. 117-135.

parte do país, porém a elite brasileira nunca assumiu isso, criando o mito da democracia racial⁵ em que todas as raças conviviam aqui em paz, sendo que na prática não era isso que acontecia.

Este trabalho analisou notícias de jornais, revistas médicas, códigos penais e constituições entre o período de 1824 a 1932, ano de edição do primeiro código federal que criminaliza o uso da *cannabis*. Como referencial teórico, o trabalho utilizou a obra de Michel Foucault, *Vigiar e punir* (1987), que aborda a formação do sistema punitivista no mundo e como foi construída a mentalidade de disciplina, de punição e de encarceramento em massa para aqueles que não se adaptavam aos mecanismos impostos pelas autoridades.

2. A sociedade brasileira no século XIX e a maconha

O debate acerca da maconha suscita comumente reflexões estereotipadas sobre a planta, como associações esdrúxulas com a criminalidade, com a debilidade mental, com a destruição familiar e até mesmo com a satanismo. Apesar de existirem estudos que comprovam que o usuário da *cannabis* fica mais lento e desconcentrado após o uso, entre as drogas lícitas e ilícitas, a maconha é provavelmente a mais inofensiva. Com diversas propriedades medicinais, a planta tem sido cada vez mais utilizada para o tratamento de enfermidades e aos poucos vem sendo descriminalizada e legalizada em diversos países. Então como foi construído o discurso de criminalização da maconha? Como ela ganhou esse status de “planta do capeta”? Como foi o processo de criminalização dela?

Antes de se popularizar como maconha,⁶ a *cannabis* era conhecida no Brasil como diamba ou liamba, palavras provenientes do idioma quimbundo, falado em Angola⁷, o que sugere que ela é uma planta ligada aos africanos escravizados e libertos no Brasil. As pesquisas feitas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional mostram que os primeiros relatos sobre a maconha nos jornais são do ano de 1840. Na edição número 268, do Jornal Diário de Pernambuco, é encontrado o anúncio: “Duas pipas arquiadas de ferro, um flandre para vender azeite de carrapato com seu funil, uma porção de diamba da terra muito boa, uma porção de lã de caiana tudo por preço commodo; na rua da S. Cruz venda de calçada de pedra ao correr da

⁵ É a ideia de que por ter três grupos étnicos formadores da sociedade (índios, negros e europeus), no Brasil não havia conflito de interesses entre essas classes, a harmonia racial reinava na sociedade, com senhores e escravos tendo tranquilidade em suas relações. Esse conceito foi amplamente divulgado para que atraísse imigrantes de todos mundo nos séculos XIX e XX. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 76-77.

⁶ Maconha é um anagrama de cânhamo. CARLINI, Elisaldo Araújo. Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina. São Paulo: CEBRID, 2005.

⁷Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/diamba/>>, acesso em 05 Dez. 2019.

ribeira.”⁸. Na edição número 279, do mesmo jornal, na seção de vendas, temos o seguinte anúncio: “Uma porção de Diamba da terra, muito boa qualidade, e por preço commodo; na rua da S. Cruz venda que tem calçada de pedra no decorrer da ribeira”, pelo endereço colocado no anúncio, sendo possível concluir que a pessoa que tentou vender a diamba na edição número 268 do jornal não havia conseguido concluir a venda. Logo, também infere-se que no mínimo a diamba era vista como um produto comum, de livre comercialização, mesmo que para a população pernambucana da época.

Após a década de 1840, outros registros da diamba nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foram achados na década de 1880, esses, em sua maioria, relacionando a maconha a festas, a reuniões de jogos, a brigas e a vandalismo. Não são poucos os relatos encontrados nos jornais mostrando que fulano “fumou diamba” e começou a causar confusões na vizinhança, como nessa notícia da edição número 248, de 1883, do *Pacotilha – Jornal da tarde, do estado do Maranhão* –, em que temos o seguinte relato:

Lá pela rua da Lapa, n’um tal canto das Pedras, ha uma casa, onde reúnem-se todos os dias uns sucios, uns turbulentos, que passam horas inteiras a jogar dinheiro e a fumar diamba, que quase sempre os entontece e então há rôlo, cartas rasgadas, pescoções, descompostura bravia, o diabo – emfim. Repete-se isso todo santo dia, pois os peraltas não tem outra ocupação.⁹

Na edição número 347, de 1883, do *Pacotilha – Jornal da tarde* – outra notícia associa a maconha à causa das ações inadequadas de um pedreiro:

Na madrugada de hoje o individuo Amancio, pedreiro, com cerebração requentada por uma dose de cachaça e diamba, escalou o muro de uma casa, á rua da Cotovia, onde mora a viúva do major Carlos Manuel de Lima. Esta senhora sobressaltada, pediu socorro á vizinhança e ali compareceram dous escravos do sr. Major João da Mata, depois o mesmo senhor e outras pessoas.¹⁰

Essas notícias nos mostram uma mudança na percepção dos jornais e possivelmente da sociedade sobre a maconha. Se em 1840 ela era livremente comercializada por meio dos jornais,

⁸ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pesq=diamba&pasta=ano%20184>, acesso em 30 Ago. 2019.

⁹ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=16226&Pesq=diamba>, acesso em 30 Ago. 2019.

¹⁰ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=16226&Pesq=diamba>, acesso em 30 Ago. 2019.

anos antes do início da república ela estava sendo noticiada como algo que fazia as pessoas terem comportamentos condenáveis.

O Brasil do final dos oitocentos era um país que começava a se urbanizar, influenciado pelas potências mundiais, principalmente pela Inglaterra, pela França e pelos Estados Unidos. Nessa época a Europa passava pela Segunda Revolução Industrial, com isso o surgimento do cinema, do rádio, dos meios de comunicação e dos transportes era consequência nítida de todo o processo industrial. Os países estavam cada vez mais conectados e a vida urbana ganhava ares mais charmosos e glamorosos. Bares, cafés, teatros e outros locais eram ponto de encontro de artistas, de intelectuais, de empresários e de outras pessoas com prestígio social.

Aos poucos essas influências iam chegando ao Brasil por intermédio das elites que estudavam ou passavam algum tempo fora do país. As cidades iam surgindo e a urbanização ia aos poucos trazendo, supostamente, a modernidade e o progresso.

Porém, o Brasil era uma sociedade em que a escravidão era muito forte e desempenhava um papel chave na economia, por causa do dinheiro que ela movimentava com a compra e com a venda de africanos, gastos economizados com mão de obra e com a produção que ela gerava nas zonas rurais e urbanas. As pessoas que viviam nas cidades eram, em sua maioria, profissionais liberais, pequenos comerciantes, negros libertos e escravizados, que não tinham condições de usufruir amplamente do que os novos tempos propunham. As cidades eram cheias de escravizados urbanos, negros com ofício de sapateiro, de engraxate, de vendedor de doces, de carregador de compras, entre outros ofícios, do dinheiro que recebiam, tinham que dar a maior parte para seus donos. Segundo números do censo de 1849, a população do município do Rio de Janeiro era de “266.466 habitantes, sendo 155.864 livres (58,49%) e 110.602 escravos (41,51%).” (SOARES, 2007, p. 29). Estima-se que, de meados do século XVI até 1850, tenham sido tragos para o Brasil cerca de cinco milhões de africanos escravizados.¹¹

Esses escravizados, alforriados e mestiços que viviam no país, vivam em constante estado de exploração física e mental, a maioria morava em condições precárias na casa de seus donos, e, no caso dos mestiços e dos libertos, em sua maioria, em cortiços pelas cidades. Logo, não é difícil de pensar que o local de diversão dessas pessoas eram as praças, bares e locais públicos das cidades, era ali que paravam para conversar e esquecer dos problemas da vida.

Somado a esses registros, tem-se também o fato de que, provavelmente, a maconha foi trazida para o Brasil pelos escravizados. Um dos medos que as elites tinham na época era que

¹¹ SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007, p. 38.

o vício de fumar diamba se popularizasse entre os mais ricos, trazendo com isso todo o atraso e males que esse costume vindo dos negros poderia acarretar.

Extrema miséria: a diamba está passando das tascas e choupanas da gente rude para as câmaras das prostitutas!

Logo, muito logo, os moços elegantes se embriagarão com a diamba: e como, desgraçadamente, eles têm irmãs, o vício terrível passará a fazer parte da moda, como já o é, a mania do éter, da morfina, da cocaína, etc.¹²

Da mesma forma, essa elite tinha medo de que os mais pobres, buscando formas de se elitizar e de se aburguesar, passassem a ter o hábito de cheirar cocaína. Muito comum nas sociedades europeias até meados do século XX, a cocaína era uma droga permitida em diversos países, sendo símbolo de *status* e de poder. Isso ajuda a mostrar que o problema com as drogas não é necessariamente um problema em relação aos danos que elas podem causar, e sim com quem as consome. Enquanto a maconha era malvista, a cocaína era bem aceita nos ciclos sociais mais altos da sociedade, enquanto tomar cachaça era um hábito relacionado aos trabalhadores dos “subempregos”, beber uísque remetia a pessoas bem-sucedidas e com *status* social.

Durante o período do Brasil Colônia a sociedade era baseada nos latifúndios, com cada dono de terras fazendo suas leis dentro do seu território. Alguns deixavam os escravos consumir a *cannabis*, outros não, isso variava de região para região.¹³ Utilizada em diversos ritos religiosos no continente africano, como explana Saad (2016), a diamba era percebida como uma forma de aproximar os usuários dos seres não terrenos, tornando mais fácil e efetivo o contato com espíritos e com divindades. Com o tráfico dos africanos para o Brasil, veio também a liamba e sua utilização na vida dos escravizados e dos libertos. Algumas perguntas surgem em relação a isso: como a planta era transportada nos navios negreiros? Como os africanos negociavam o consumo da erva com seus donos? Apesar da relevância do tema, ele não será explorado neste trabalho.

Com a independência do Brasil, a urbanização ganhou força, o tráfico de africanos cresceu, junto com a chegada de portugueses, de alemães, de italianos e de ingleses que vinham para cá com intuito de efetivar sua participação no comércio, nos bancos e nas indústrias.¹⁴

¹² IGLÉSIAS, Francisco de Assis. “Sobre o vício da diamba”, Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. 2. Ed, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do IBGE, 1958, [orig. 1918], p. 17.

¹³ MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: Diamba sarambamba: Textos sobre maconha no Brasil. São Paulo, Editora Ground, 1986, p. 117-135. Disponível em: < <https://luizmottblog.wordpress.com/a-maconha-na-historia-do-brasil/>>, acesso em: 30 Nov. 2019.

¹⁴ SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007, p. 38.

Com isso, aumentou-se o contato entre pessoas de diferentes classes sociais, costumes e culturas. Nas rodas de samba, de capoeira, nos bares e nos cafés, o consumo da conhecida diamba se tornou mais comum e, enquanto algumas pessoas aceitavam, o Estado e seus aparatos costumavam reprimir o consumo. Os relatos da época sobre a maconha fazem surgir algumas perguntas sobre o tema. Sendo a maconha, uma planta rotineiramente retratada como uma substância que deixava as pessoas eufóricas, falantes, sorridentes, com fome¹⁵ e posteriormente fazia com que se conseguisse dormir, por que os usuários retratados tinham hábitos tão agressivos?

Em muitos registros dos jornais, a maconha é relatada junto ao consumo de álcool. A mistura de substâncias psicoativas pode distorcer bastante a realidade do usuário, fazendo com que ele perca o senso do certo e do errado, do que é brincadeira e do que é sério, gerando possivelmente situações desagradáveis. É sabido que o álcool é uma droga que potencializa e faz com que seu consumidor oscile bastante de comportamento enquanto está sob seu efeito, gerando indivíduos interessantes e agradáveis, mas também pessoas raivosas e briguentas. Além disso, é possível imaginar que, durante esse projeto de criminalização da maconha, os jornais eram de pessoas ricas, membros das elites da época. Os proprietários dos jornais, que na maioria eram brancos, ricos e provavelmente, pelos padrões políticos e sociais da época, racistas, buscavam formas de criminalizar e de estereotipar as práticas que eram consideradas impróprias para o período. Somado a isso, possivelmente era de conhecimento que a *Cannabis sativa* havia sido traga para o país pelos africanos, o que fazia com que essa repressão fosse mais acentuada. No caso dos jornais, o discurso era mais agressivo e tendencioso quando se falava da maconha.

O discurso é a história da língua. Temos então a tríade língua, sujeito e história, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção dos sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia.¹⁶

Outro fator a ser considerado é que os consumidores tanto do álcool, quanto da maconha, relatados nos jornais, possivelmente tinham longas jornadas de trabalho ou simplesmente não tinham emprego, e viviam em condições insalubres, se apertando em cortiços, dividindo seus banheiros com dezenas de outras pessoas, muitas vezes sem ter o que comer, sem saúde, sem

¹⁵ SAAD, Luísa Gonçalves. “Fumo de Negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). 2013. 139 f. Tese (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2013.

¹⁶ BRASIL, Luciana Leão. Linguagem – Estudos e Pesquisas. Vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011.

sem educação, sem lazer ou sem qualquer outro tipo de condição de viver dignamente. O refúgio se encontrava no consumo do álcool, da nicotina e da diamba. O problema é que as drogas lícitas e ilícitas têm o poder de nos tirar da realidade e também de externalizar aquilo que estamos sentindo no nosso interior. Quando estamos bem, externalizamos pensamentos e atitudes positivas, quando estamos mal, externalizamos pensamentos e atitudes negativas. É possível que as pessoas que cometeram essas infrações, quando sobre o efeito do álcool e da diamba, não estavam satisfeitas consigo mesmas e com seu cotidiano, o que gerou as situações que os jornais relatavam.

3. O Discurso sobre a Maconha no Brasil Império

Após a Independência do Brasil, o país precisava de uma carta magna que, além de ser um documento com normas e com diretrizes básicas a todo cidadão, mostrasse que o país estava alinhado com o que era mais moderno, em termos jurídicos no mundo. A constituição era algo novo, pois antes as normas eram elaboradas pelos reis e pelos seus assessores, sem a participação do poder legislativo. Para se ter ideia, a primeira constituição foi a dos Estados Unidos de 1787, seguida pela constituição francesa de 1791.¹⁷ Portugal só teve sua primeira constituição em 1822.

Porém, apesar de querer demonstrar um alinhamento com a modernidade, a forma como a constituição brasileira foi feita demonstrou que vários costumes e padrões da época de colônia iriam perdurar por mais alguns anos. Apesar de ter sido convocada uma Assembleia Constituinte em 1823, essa acabou sendo dissolvida pelo imperador D. Pedro I, que não queria ter seus poderes reduzidos. O fato de termos virado um Império e não uma República, como a maioria dos países da América, e do imperador ser filho do rei de Portugal demonstra que nossa independência não nos tornou, na prática, independentes. O modelo agroexportador do país permaneceu junto com a escravidão. Não houveram mudanças significativas na vida dos que moravam aqui e o país mantinha vínculos fortes com Portugal. A história do Brasil é repleta de falsos momentos de mudança, de acontecimentos que na prática eram conchavos das elites políticas para dar a sensação de que algo ia mudar, mas na prática não mudou, como diziam nos oitocentos, eram apenas “para inglês ver”.

¹⁷ GARGARELLA, Roberto. Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

Após a dissolução da Constituinte de 1823, D. Pedro I nomeou uma junta de Estado com nomes de sua confiança pra elaborar a carta magna. Em 24 de março de 1824, surgiu a primeira constituição do Brasil, que trazia, entre outras questões, o poder moderador, representado na figura do Imperador, quem teria o poder de deferir ou de indeferir decisões do parlamento e dissolvê-lo a qualquer instante. Essa raiz autoritária da política brasileira vem desde sua formação como colônia, com os latifundiários sendo “reis” dentro de suas terras, podendo decidir o que fariam com suas esposas, com seus filhos, com seus familiares e com seus escravos. Da micropolítica à macropolítica, o Brasil foi e é um país com fortes ligações com o autoritarismo.

Em seu artigo 1º, a Constituição de 1824 informa:

O IMPERIO do Brazil é a associação Politica de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia¹⁸

Mas quem são esses cidadãos? Todos os residentes aqui ou somente os residentes brancos? Por certo, eram só os residentes brancos. Índios e negros não eram considerados cidadãos, não gozando de direitos políticos nem sociais, tendo sua cultura e sua vida assassinada a cada dia que passava. Se era uma nação livre, por que a escravidão não havia sido abolida? Quem era realmente livre? O artigo 1º mostra uma dicotomia que vai ser vista até os dias de hoje com os discursos e com as leis que esboçam um Brasil como país de todas as raças, mas que na prática se efetiva como um dos países mais racistas do mundo.

Em seu artigo 5º, vem escrito: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.”. Esse artigo mostra que, apesar da força da Igreja Católica dentro do Império, o imperador estava disposto a fazer concessões para outras religiões, desde que fossem algo reservado, sem uma grande exposição pública. As religiões mais presentes no cotidiano brasileiro eram as provenientes das sociedades indígenas, dos negros escravizados e libertos e a católica. O fato de ter uma religião europeia como a oficial do Estado vai além de uma série de regras e de padrões que a sociedade deveria seguir, isso significava que outras religiões (e grupos sociais) sofreriam represálias e preconceito por exercerem sua fé.

O artigo 94 relatava:

¹⁸ BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil: Centro Gráfico, 1824.

Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.¹⁹

Se o país que nascia era uma “Nação livre”, como os libertos, de maioria negra, não poderiam votar? Não seria essa uma forma de retirar a liberdade deles? Em um contexto de poucas oportunidades, de humilhações, de falta de empregos, de fome e de outras dificuldades, seria de extrema importância os libertos escolherem representantes que tivessem os pensamentos e as ideias alinhados com suas necessidades, buscando criar formas dessas pessoas crescerem socialmente e economicamente na sociedade.

Usaremos neste artigo as definições que Michel Foucault utiliza para a disciplina moderna. Com a utilização do corpo como objeto, ignorando o sujeito que o possuía, passou-se a criar mecanismos de aperfeiçoamento de controle sobre ele. Duas vertentes de estudo do corpo vão surgir. A primeira é do corpo “anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram;” (FOUCAULT, 1987, p. 117). Essa vertente procurou criar o controle sobre os corpos através de conceitos que iam além da matéria, afetando mais o espírito e a alma. São esses pressupostos que vão sustentar discursos sobre a inferioridade intelectual, cultural e moral de grupos étnicos não brancos (negros e indígenas) e por isso esses deveriam ser subordinados às vontades dos homens brancos que eram “mais evoluídos, fisicamente, intelectualmente e socialmente”.

A segunda vertente conhecida como técnico-política é formada por “um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo.” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Através de treinamentos e de processos, as instituições existentes de cada época vão criar formas de controlar e de disciplinar a sociedade. Departamentos, fileiras, horários, hinos, canções, uniformes, entre outros mecanismos, serão utilizados para o controle social. Essas ferramentas estão tão enraizadas na nossa cultura que não nos atentamos ao modo como elas foram elaboradas para manter a “ordem” entre nós. As duas correntes de pensamentos serão utilizadas

¹⁹ BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil: Centro Gráfico, 1824.

neste trabalho, mas, como as leis são as nossas fontes principais, a técnico-política será mais aplicada.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.²⁰

Em 16 de dezembro de 1830, o Império lançou seu primeiro Código Criminal (1830), esse que não fazia menção a nenhuma droga lícita ou ilícita de consumo cotidiano. A palavra droga só aparece no artigo 200 que fala sobre o crime de aborto “Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.”. No artigo 276, estava escrito “Celebrar em casa, ou edifício, que tenham alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado”; a pena era “de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para culto; da demolição da forma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um.” Diferentemente da constituição, o código criminal foi mais sistemático e realista em relação à opressão do Estado aos cultos religiosos que não fossem católicos. Apesar de permitir outras religiões em 1824, é sabido que o governo perseguia constantemente essas religiões, por entenderem que suas práticas iam contra a moral e os bons costumes.²¹ O Código Criminal de 1830 só normatizou o que já era praticado pelas autoridades e serve para nos mostrar que a intolerância religiosa no Brasil é algo antigo. Quando vemos notícias de terreiros, centros espíritas e outros locais que não praticam a fé cristã que foram queimados, demolidos e destruídos por terceiros, e muitas vezes pelo Estado, estamos falando de uma prática que foi legitimada pelo governo brasileiro, perdurou por muitos anos e só foi se tornar crime no Código Penal de 1890 (apesar de na prática não ter mudado muito a realidade brasileira). Com isso, essa mentalidade de perseguição religiosa perdurou por muito tempo no imaginário dos brasileiros. Como os índios, em sua maioria, haviam sido mortos ou estavam em zonas rurais, os mais afetados eram os negros e os mestiços que viviam nas cidades, sendo impossibilitados constantemente de exercerem sua fé. O Brasil foi um país formado sobre o racismo e sobre a

²⁰ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, p.119.

²¹ SANTOS, Thiago Lima dos. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, v. V, n. 15, jan/2013.

perseguição do povo negro e indígena, esses que não podiam e não podem profetizar sua fé livremente até hoje.

O estranho de não se ter uma proibição contra a maconha no Código Criminal de 1830 é que, no mês de outubro do mesmo ano, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro havia estabelecido uma Postura que criminalizava a venda e o consumo da maconha, também conhecida na época como “pito do pango”.

POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
SEÇÃO PRIMEIRA
SAÚDE PÚBLICA
TÍT. 2.º
SOBRE A VENDDA DE GÊNEROS E REMÉDIOS E SOBRE
BOTICÁRIOS

.....
§ 7.º

É proibida a venda e o uso do Pito do Pango, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que delem usarem, em três dias de cadeia.

.....
Paço da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em sessão de 4 de outubro de 1830. O Presidente, Bento de Oliveira Braga, Joaquim José Silva, Antonio José Ribeiro da Cunha, João José da Cunha, Henrique José de Araújo.²²

Apesar de ter sido feita no Rio de Janeiro, sede do governo federal na época, e com alguns meses de antecedência ao código criminal, a maconha não entrou nas proibições a nível federal. Será se não havia interesse das autoridades na época sobre a diamba? Ela não representava algo prejudicial para população na visão de quem fez o código? Ou apenas os elaboradores do código criminal ignoraram a determinação dos vereadores no município do Rio de Janeiro? Essas questões não serão respondidas nesse trabalho, mas chama atenção o fato.

Nessa época, já existia o entendimento de que a abolição da escravidão iria acontecer mais cedo ou mais tarde e os intelectuais da época debatiam o que deveria ser feito com os negros que ocupariam as cidades. No livro *Onda negra, medo branco*, Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) mostra os pensamentos e os escritos que os acadêmicos da época debatiam. Na década de 1830, o doutor em ciências sociais e matemáticas pela Escola Militar, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque defendia a extradição dos negros para o continente africano.

Burlamaque oferecia como única solução a extradição dos ex-escravos para a África, onde o governo brasileiro, a exemplo do que já faziam ingleses e norte-

²² DÓRIA, Rodrigues. Os fumadores de maconha, efeitos e males do vício. Memória apresentada no 2º Congresso Científico Pan-Americano, Washington, Dez. 1915.

americanos, fundaria colônias para abriga-los. À medida que os escravos, atingidos os vinte e cinco anos, fossem sendo libertados e mandados de volta para a África, ele esperava que os nacionais pobres e livres e também estrangeiros encontrassem ocupação nas artes e ofícios ou em serviços domésticos.²³

A tese de Burlamaque coloca todos os grupos étnicos africanos como se fossem uma única sociedade, ignorando a pluralidade de etnias, costumes e culturas existentes nos países africanos. Ao desconsiderar essa variedade, Burlamaque demonstra o caráter violento e cruel do seu argumento, que não leva em consideração os africanos como indivíduos e nem mesmo como seres humanos.

Outro intelectual da época, José Eloy Pessoa da Silva (1826), bacharel em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra e brigadeiro do exército, acreditava que a escravidão era um dos grandes problemas do Brasil. A economia em mão de obra que ela gerava não compensava o atraso e os riscos que o país corria mantendo a mão de obra escravizada.

Esta população escrava, longe de dever ser considerada como um bem, é certamente grande mal. Estranho aos interesses públicos, sempre em guerra doméstica com a população livre, e não poucas vezes apresentando no moral o quadro físico dos vulcões em erupção contra as massas que reprimem sua natural tendência; gente quando é preciso defender honra, fazenda, e vida, é o inimigo mais temível existindo domiciliada com as famílias livres.²⁴

Apesar de o debate sobre o fim da escravidão ser presente entre os pensadores da época, este ia para um sentido de diminuição e de medo dos escravizados e dos libertos. O que as elites brasileiras realmente queriam era evitar possíveis revoltas negras.²⁵ Como entendiam que os negros eram “inferiores mentalmente” e com “instintos animais”, uma revolta deles traria grandes danos à sociedade. Por certo uma revolta negra causaria muitas mortes e destruição, mas não por serem mentalmente inferiores, e sim pelos anos de agressões e de humilhações, fazendo com que o sentimento de revolta nascesse e fizesse morada dentro deles.

4. O Discurso sobre a maconha na Primeira República

No final do século XIX, o Império dava sinais de que não duraria muitos anos. A crise com a Igreja Católica, o conflito com os militares por causa Guerra do Paraguai (1865-1870) e

²³ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar. 1837 apud AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Ibidem, p. 43

²⁴ SILVA, José Eloy Pessoa da. 1826 apud AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Ibidem, p. 42.

²⁵ Com a Revolta dos Malês em 1835, a repressão sobre os negros aumentou consideravelmente no Rio de Janeiro, pois uma revolta escrava na capital imperial poderia servir de incentivo para os negros de todo o país. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 330.

a força que o movimento abolicionista ganhava no país fizeram com que, em 15 de novembro de 1889, Marechal Deodoro da Fonseca desse um golpe e proclamasse a república²⁶. A República Federativa dos Estados Unidos do Brasil nascia calcada nos ideais positivistas de prosperidade para a nação. O lema “Ordem e Progresso” presente na bandeira nacional é um exemplo do que os fundadores da república tinham em mente: ordem para implementar as novas políticas para o desenvolvimento do país, para assim alcançar o progresso.

Antes mesmo da constituição republicana, o Brasil teve um Código Penal (1890). Decretado em 1890, era um código que novamente não estipulava penas para o uso de substâncias lícitas e ilícitas, e a palavra “droga” não aparece, porém alguns artigos mostram formas de perseguição do Estado direcionadas às camadas mais pobres da população, principalmente negros e indígenas.

O artigo 30 do código relatava: “Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, pelo tempo que ao juiz parecer, comtando que o recolhimento não exceda á idade de 17 anos.” (BRASIL, 1891). Chama atenção neste artigo a baixa idade com que as crianças poderiam ser recolhidas, essas que provavelmente seriam as mais marginalizadas pela sociedade, que não tinham escola nem, em muitos casos, família. Também fica a dúvida de como saberiam se o infrator praticou o ato com ou sem discernimento? Seria a palavra da criança contra a do acusador e/ou polícia? De qualquer forma, o artigo 30 mostra como as autoridades queriam oprimir e disciplinar a população o mais cedo possível, prendendo inclusive crianças.

Esses estabelecimentos disciplinares que o artigo relata fazem parte do projeto positivista que acompanhava a República. Conseguindo controlar e disciplinar a população desde de cedo, seria supostamente mais fácil que o país prosperasse, além de manter grupos sociais tidos como inadequados sob controle. Esses estabelecimentos colocariam essas pessoas tidas como problemáticas em um ambiente em comum e as “adestrariam” para que pudessem ser mais úteis para a nação.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo,

²⁶ LOPEZ, Luiz Roberto. Uma história do Brasil: República. São Paulo: Contexto, 1997, p. 7-15.

sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar, utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.²⁷

No Título V, que tratava das penas e seus efeitos, o artigo 48 relatava: “A pena de prisão com trabalho será cumprida em penitenciárias agrícolas, para esse fim, destinadas, ou em presídios militares.” (BRASIL, 1891). É compreensível que o trabalho fosse executado em penitenciárias agrícolas já que o Brasil era um país extremamente rural. Essa punição conseguia “resolver” dois problemas de uma vez, colocavam-se os presos para trabalhar, o que supria a demanda por mão de obra, que surgiu após a abolição da escravidão, pois os latifundiários recebiam aos poucos os europeus que chegavam no país para trabalhar nas fazendas. Essa ideia de trazer europeus para o Brasil vai além de querer suprir o déficit de mão de obra. Movidos pelo darwinismo social e pela eugenia, teorias biológicas eurocêntricas, as elites procuravam embranquecer a população brasileira. Conhecida por ser a “ciência do aprimoramento racial”, a eugenia, dizia que existiam raças superiores e inferiores. A etnia branca seria superior as demais e por isso o embranquecimento da população era o caminho para o progresso (GIOPPPO, 1996, p.168). Além disso, se os presos por esse artigo fossem negros ou indígenas forros, estariam voltando para o regime de escravidão ou algo similar.

No artigo 157, ficou estabelecida a pena de “prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000” para quem “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica” (BRASIL, 1891). Fica a questão do que seria esse espiritismo, é uma sanção contra a religião espírita ou contra alguém que conseguisse falar com espíritos? Caso a proibição fosse em relação à religião espírita, o artigo apresenta uma contradição no Código Penal (1890), pois, em seu Capítulo III, o artigo 186 previa pena “prisão celular por dois meses a um anno” para quem “Impedir, por qualquer modo, a celebração de cerimonias religiosas, solemnidades e ritos de qualquer confissão religiosa, ou perturbar-a no exercício do seu culto.” (BRASIL, 1891).

O Artigo 158 relatava:

Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro: Penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.²⁸

²⁷ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987, p.123.

²⁸ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Organização de M. Ferraz de Campos Sales. Rio de Janeiro: 1º Livro de Leis folha 39, 1890.

A criminalização do ofício de curandeiro, muito comum nas sociedades indígenas e africanas, demonstra a intenção do Estado brasileiro de oprimir as culturas e os costumes que não se encaixavam no que os governantes pretendiam para o país. A *cannabis*, conhecida por seus efeitos terapêuticos, muito receitada para curar bócio, cólicas, epilepsia, entre outras enfermidades, acaba sofrendo retaliações, pois não poderia ser receitada pelos curandeiros, profissionais que atendiam grande parte da população da época. Se, hoje em dia, a saúde pública não funciona no Brasil, naquela época funcionava menos ainda, apenas os mais abastados tinham condições de serem atendidos e terem receitas emitidas pelos médicos. Mais que o conhecimento medicinal, os curandeiros faziam um trabalho que envolvia ancestralidade e memória, aproximando-se mais dos seus pacientes do que os médicos.

O curioso é que, nos primeiros anos do Brasil República, a *cannabis* era receitada para tratamento de doenças não só pelos médicos, mas também pela população comum. Na Revista *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria* de 1921, edição 3, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tem-se uma receita recomendada para curar “hysteria, epilepsia, insomnia, nervosismo, neurastenia e fadiga cerebral”, um remédio feito de “brometo de potassio, chloral hidratado e extracto de cannabis indica”²⁹. Muito comum nos jornais e nas revistas do final do século XIX e do início do XX, havia uma seção chamada “Consultorio Medico”, onde populares receitavam remédios para pessoas que queriam indicações de remédios (outro indicativo de que a população não tinha o costume de consultar médicos), nelas temos inúmeras receitas que indicavam a *cannabis* como remédio. No jornal *O Tico-Tico: Jornal das crianças*, na edição 986, de 1924, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, para hernia inguinal, “Helio (Campos)” receitou:

Siga um regime de alimentação leve, usando apenas: tintura de cannabis indica 2grs., tintura de noz vômica 2grs., tintura de boldo 3grs., extracto fluido de condurango 6grs., infuso de tília, 100gr., magnésia fluida 300., um pequeno cálice de 2 em 2 horas. Ao deitar-se tome 2 pastilhas de Prunagar³⁰

Na edição 1061, de 1926, do jornal *Tico-Tico*, “H. O. (Passa Quatro)” receitou para o tratamento do “choque anaphylactico”:

²⁹ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&pesq=cannabis&pasta=ano%20192>>, acesso em 06 Set. 2019.

³⁰ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&pesq=cannabis&pasta=ano%20192>>, acesso em 06 Set. 2019.

Antes de cada refeição tome 2 comprimidos de Lactal. Use ainda: tintura de cannabis, indica 2grs.; tintura de noz vômica, 1gr.; tintura de boldo, 3 grs.; extracto fluido de Condurango, 6grs.; infuso de tília, 100 grs.; Magnesia Fluida, 300 grs., - um pequeno cálice de 3 em 3 horas³¹.

Apesar de nem todos os itens receitados pelas pessoas, que aparentemente não eram médicas, serem provenientes da natureza, essa prescrição poderia ser comparada com o que os curandeiros faziam (só que esses tinham mais conhecimento sobre a natureza e sobre a medicina natural), o que torna no mínimo incoerente ter uma seção desse tipo nos jornais da época enquanto os curandeiros estavam sendo tratados como criminosos.

O ofício de curandeiro era exercido por negros e por indígenas com quem, sendo muito eficiente, diversas pessoas iam buscar tratamento de suas doenças. Quando o Estado criminalizou essa prática, ele queria aumentar a repressão contra as camadas mais pobres da população brasileira e fortalecer a carreira dos médicos que ganharam *status* e legitimidade como única profissão que supostamente poderia cuidar da saúde das pessoas no mundo ocidental no final do século XIX.

No Jornal do *Commercio* do Rio de Janeiro, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, também é possível encontrar anúncios da venda de cigarros de maconha a partir da edição número 216 de 1891 até a edição número 361 de 1894. O anúncio que era de uma mesma empresa em todos esses anos divulgava:

Cigarros indianos
preparados com o cannabis indica
por Grimault e C^a, Phcos de Paris
Approvados pela Junta de Hygiene do Rio-de-Janeiro.
Constituem a preparação a mais eficaz que se conhece para combater a
asthma, a opressão, as sufocações, a tosse nervosa, os catarrhos e a insomnia.
Deposito em PARIS, 8, Rua Vivienne.³²

O que chama atenção é que a *cannabis* havia sido proibida no município do Rio de Janeiro em 1830. A menos que tenha sido revogada a Postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a circulação desse anúncio na capital do Rio de Janeiro era considerada crime. De qualquer forma, essa propaganda mostra a força que a indústria farmacêutica e que os médicos

³¹Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&pesq=cannabis&pasta=ano%20192>>, acesso em 06 Set. 2019.

³² Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=15889&Pesq=cannabis>, acesso em 29 Nov. 2019.

iam ganhando com o passar do tempo. Se o cigarro indiano era misturado com outras substâncias, não se sabe, mas a base dele é uma planta conhecida de longa data pelos seres humanos. Enquanto a indústria farmacêutica era liberada para comercializar a erva, os curandeiros, que conheciam sua existência a mais tempo, tinham seu ofício criminalizado.

Na edição número 136 de 1896 do Jornal do Commercio, outro relato chama atenção:

Cigarros de Grimault

Um infeliz carregador de jornaes, atacado de violenta asthma com sufocações ia vêr-se obrigado a abandonar a modesta posição que lhe assegurava o pão, bem como á família, quando leu casualmente um jornal que tratava da eficácia dos Cigarros de Cannabis Indica de Grimault & C. Fez uso delles e tão satisfeito ficou que no auge da alegria escreveu que sem eles sua vida seria impossível.³³

Durante as pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, essa é uma das poucas vezes que o consumo da maconha é anunciada de forma positiva. Como o relato está relacionado com a marca que produzia o cigarro, é possível que só tenha sido colocada no jornal por causa da fabricante de drogas. De qualquer forma, é curioso ler o entusiasmo do consumidor com o produto.

Talvez um dos artigos que mais ficaram conhecidos, por ter sido altamente aplicado na época, foi o artigo 399, também conhecido por “Lei da Vadiagem”. Nele estava determinado:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena de prisão cellular por quinze a trinta dias. §1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena. §2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.³⁴

Nos termos desse artigo, qualquer atividade praticada que não estivesse vinculada com a moral e bons costumes poderia ser punida. Com isso, rodas de samba, capoeira ou apenas amigos se reunirem na rua para conversar era passível de punição. Além disso, as cidades brasileiras receberam muitos negros que iam para os centros urbanos em busca de uma nova vida fora das fazendas. Considerados seres que causariam “desordem” e “retrocesso”,

³³ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=15889&Pesq=cannabis>, acesso em 29 Nov. 2019.

³⁴ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Organização de M. Ferraz de Campos Sales. Rio de Janeiro: 1º Livro de Leis folha 39, 1890.

(AZEVEDO, 1987, p, 222-223) esse artigo do Código Penal de 1890 tinha o objetivo de atingir um público específico.

Na mesma seção temos também o Artigo 402:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena de prisão cellualar por dous a seis mezes. Paragrapho único. E' considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.³⁵

Sobre a capoeira é necessário um, aprofundamento. A capoeira é uma luta e uma arte que combina diversos elementos da cultura africana como dança, canto e instrumentos musicais. Trazida pelos africanos escravizados e libertos, a capoeira, além de uma luta, era uma forma de resistência, mas, para despistar os senhores, passou a ser praticada junto da dança e dos cantos, assim ficou dessa forma conhecida atualmente. A repressão sobre essa prática era muito anterior ao Código Penal de 1890, desde que foi percebida como uma forma de treinamento que ajudaria os negros em uma possível rebelião, passando a ser punida pelas autoridades:

O primeiro conjunto de informações que se destaca do códice 403 é relativo aos castigos físicos perpetrados aos escravos presos por capoeira. A metade destes (53,2%) sofreu a pena máxima em açoites, que era de 300 chibatadas. Cerca de um quarto (24,4%) padeceu do menor flagelo, de 200 chibatadas. E pouco menos (18,4%) foi vítima de 100 açoites.³⁶

Como a capoeira era uma forma mais prática de resistência, as autoridades aumentavam sua repressão por entenderem que ela era, talvez, a principal forma de os negros conseguirem se sobrepor aos seus algozes em uma possível revolta. Durante o século XIX, o Brasil desenvolveu diversas revoltas regionais, em que grupos sociais negligenciados pelo governo se rebelaram contra o Império. Uma das mais conhecidas insurgências foi a Revolta dos Malês em 1835, na cidade de Salvador, em que um grupo de aproximadamente 600 escravizados e forros de origem mulçumana se revoltaram contra as autoridades . A revolta foi rapidamente sufocada, mas ela gerou um grande pavor não só na elite baiana, mas também em todo o Brasil. Textos e cartas encontradas posteriormente mostraram que o objetivo dos revoltosos era tomar a cidade de

³⁵ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Organização de M. Ferraz de Campos Sales. Rio de Janeiro: 1º Livro de Leis folha 39, 1890.

³⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 87.

Salvador, matar todos os brancos e escravizar os negros e mestiços crioulos (GRINBER; SALLES, 2011, p. 238-239).

Uma outra revolta menos famosa foi a que aconteceu no Rio de Janeiro em 1828. Durante muitos anos, o exército brasileiro foi integrado por mercenários estrangeiros, pois a coroa não tinha dinheiro para manter os custos de um exército profissional. Em junho de 1828, um major do 27º Batalhão dos Granadeiros ordenou o castigo de chibata a um soldado alemão, esse foi o estopim de uma série de acontecimentos que colocou a população carioca em pânico durante alguns dias. As chibatadas no soldado alemão fizeram com que os germânicos se unissem e se rebelassem contra as autoridades. Após isso, soldados irlandeses se uniram a favor da causa e juntos passaram a travar confrontos contra as forças militares brasileiras. A rebelião só foi contida quando os “capoeiras” partiram para o combate e, armados pelos seus senhores conseguiram, junto dos militares brasileiros, controlaram a rebelião estrangeira. Porém, o medo continuou na população do Rio de Janeiro. “Depois da rebelião dos europeus, uma grande quantidade de negros e de escravos que tinham conseguido barrar a entrada dos irlandeses no centro da cidade continuou armada, causando temores iguais ou maiores na população e nas autoridades da corte” (SOARES, 2001, p. 331).

Essa história serve para demonstrar como a força dos negros ficou marcada na memória da população da época. Juntos e armados conseguiram conter uma revolta que nem mesmo as autoridades reais haviam conseguido. Porém, o ódio e a revolta desses negros eram tão grandes que aproveitaram para externalizar esses sentimentos. Isso fez com que toda a população civil e militar ficasse ciente do que poderia acontecer caso a rebelião tivesse sido iniciada pelos negros.

Muitos conseguiram juntar-se aos alemães de São Cristovão. Outros porém, atacados por magotes de pretos denominados capoeiras, travaram com eles combates mortíferos. Posto que armados com espingardas, não puderam resistir-lhes com êxito feliz, e à pedra, a pau, à força de braços caíram os estrangeiros pelas ruas e praças públicas, feridos, grande parte deles, e bastantes sem vida.³⁷

Os “capoeiras” treinavam, cantavam, tocavam e possivelmente fumavam maconha em seus encontros. A maconha passou a ser vista como um elemento constitutivo dessa prática, fazendo com que aos poucos ela fosse entrando na lista de atividades que deveriam ser reprimidas. O fato é que sem emprego, sem saúde, sem educação e sem outros direitos e

³⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 327.

ocupações, os negros, maior parcela social praticante da capoeira, não tinham nem mesmo o direito de fazer uma atividade lúdica.

Pouco mais de dois meses após a publicação do Código Penal de 1890, o ministro da fazenda, Rui Barbosa, determinou, na portaria de 14 de dezembro de 1890, a queima de “todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livre de mulher escrava e libertos sexagenários” (SANTANA, 1988, p. 11). A queima de registros referentes à escravidão mostra como a república brasileira não mudaria muita coisa em relação ao tratamento para com os negros, queimar os arquivos significava monopolizar o discurso sobre a escravidão e dificultar a construção de uma história brasileira não branca. Com essa hegemonia do discurso, o racismo institucional, estrutural e religioso se tornou cada vez mais forte, dificultando o desenvolvimento social, político e econômico dos afro-brasileiros.

5. O Decreto 20.930/1932: a maconha criminalizada

Após a Proclamação da República, o Brasil foi governando primeiramente pelos militares no período entre 1889-1894³⁸, depois o governo se alternou entre políticos civis e militares, na conhecida política do café com leite (1894-1930), em que intercalavam no poder políticos de Minas Gerais e de São Paulo. Quando o presidente Washington Luís indicou o paulista Júlio Prestes para a presidência, contrariando a ordem que previa a indicação de um mineiro para o cargo, teve início uma série de eventos que culminaram no Golpe de Estado orquestrado pela Aliança Liberal (formada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba). Após as eleições de 1930 darem a vitória para Júlio Prestes, a Aliança Liberal junto com as Forças Armadas e alguns setores da sociedade civil deram um golpe de Estado que colocou, no dia 3 de novembro de 1930, o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas no poder, como foi dito por Pandolfi (2007). Dava-se início ao período conhecido como “Era Vargas” (1930-1945).

Para conseguir estabelecer as bases do novo governo, Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional, assembleias legislativas estaduais e municipais, depôs os governadores de estado, nomeado interventores da confiança dele e revogou a Constituição de 1891.³⁹ Assim, passou a governar por decretos-lei. O Decreto nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932 foi o decreto que criminalizou o uso e venda da maconha e de outras drogas.

³⁸ LOPEZ, Luiz Roberto. Uma história do Brasil: República. São Paulo: Contexto, 1997, p. 15-17.

³⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17.

No artigo 1º consta:

São consideradas substâncias tóxicas de natureza analgésica ou entorpecente, para os efeitos deste decreto e mais leis aplicáveis, as seguintes substâncias e seus sais, congêneres, compostos e derivados, inclusive especialidades farmacêuticas correlatas:

I – O ópio bruto e medicinal.

II – A morfina.

III – A diacetilmorfina ou heroína.

IV – A benzoilmorfina.

V – A dialandide.

VI – A dilcodide.

VII – A eudocal.

VIII – As folhas de coca.

IX – A cocaína bruta.

X – A cocaína.

XI – A ecgonina.

XII A “*canabis indica*”.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Saúde Pública reverá, quando necessário, o quadro das substâncias discriminadas neste artigo, para e por de acordo com a evolução da química-terapêutica no assunto.⁴⁰

Por meio desse decreto, o Brasil passou a ter sua primeira lei federal antidrogas. Municípios como Rio de Janeiro-RJ (1830) e São Luís-MA (1893),⁴¹ já haviam proibido o consumo e a venda da maconha alguns anos antes. Chama atenção a proibição da cocaína, droga que era vinculada aos grupos sociais mais ricos. A *cannabis* era mal retratada havia muito tempo, o que é estranho o fato de ter demorado tanto para ela ter sido criminalizada e terem proibido apenas a *Cannabis indica*, deixando espaço para o consumo da *Cannabis sativa*.

O artigo 2º definia:

Para fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter para um desses fins, qualquer das substâncias discriminadas no art. 1º, é indispensável licença especial da autoridade sanitária competente, em conformidade com os dispositivos deste decreto.⁴²

Aparentemente o uso medicinal das substâncias proibidas no artigo 1º era permitido, desde que farmacêuticos e médicos solicitassem os produtos mediante drogarias, farmácias, laboratórios e hospitais licenciados. Contudo, o pedido dessas substâncias era burocrático,

⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1932, Página 978, 1932.

⁴¹Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=25651&Pesq=diamba>>, acesso em 03 Dez. 2019.

⁴² BRASIL. Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1932, Página 978, 1932.

tendo os pedintes que passar por diversas etapas comprobatórias da necessidade de obtê-las, além de precisarem manter relatórios sobre venda e de estarem sujeitos a constantes fiscalizações das autoridades.

No capítulo III, alguns artigos relacionados às penas para o tráfico de droga aparecem. O artigo mais relevante é o 25, que, de acordo com o artigo 33 era, “inafiável”.

Art. 25. Vender, ministrar, dar, trocar, ceder, ou, de qualquer modo, proporcionar substâncias entorpecentes; propor-se a qualquer desses atos sem as formalidades prescritas no presente decreto; induzir, ou instigar, por atos ou por palavras, o uso de quaisquer dessas substâncias.

Penas: De um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000\$0 a 5:000\$0.

§1º Se o infrator exercer profissão ou arte, que tenha servido para praticar a infração, ou que a tenha facilitado, penas além das supra indicadas, suspensão do exercício da arte, ou profissão, por seis meses a dois anos.

§2º Sendo farmacêutico o infrator, penas: de dois a cinco anos de prisão celular, multa de 2:000\$ a 6:000\$0 além de suspensão do exercício da profissão por três a sete anos.

§3º Sendo médico ou cirurgião dentista o infrator, penas; de três a 10 anos de prisão celular, multa de 3:000\$ a 10:000\$0, além de suspensão do exercício da profissão por quatro a 11 anos.⁴³

No artigo 45, percebe-se também:

Art. 45. Os toxicômanos e os intoxicados habituais por entorpecentes e pelas bebidas alcoólicas ou, em geral, inebriantes, são passíveis de internação obrigatória ou facultativa por tempo determinado ou não.

§1º A internação obrigatória dar-se-á quando provada a necessidade de tratamento adequado ao enfermo, ou a bem dos interesses de ordem pública, sempre a requerimento do representante do Ministério Público, que, no Distrito Federal, será o curador de Orfãos, e em virtude de decisão judiciária.

§2º Terá também lugar a internação obrigatória quando o juiz a ordenar de ofício nos casos:

- a) de condenação por embriaguez habitual;
- b) de impronúncia ou absolvição, em virtude da dirimente do art. 27, § 4º, do Código Penal, com fundamento de doença ou estado mental resultante do abuso de qualquer das substâncias enumeradas no art. 1º e neste. (...)⁴⁴

O primeiro governo de Getúlio Vargas ficou marcado, dentre outras questões, pela forma como ele conseguiu administrar os distintos interesses dos grupos políticos e sociais da época. Para os trabalhadores, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); para os empresários, incentivou a indústria nacional, enquanto distribuiu diversos cargos políticos para

⁴³ BRASIL. Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1932, Página 978, 1932.

⁴⁴ BRASIL. Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1932, Página 978, 1932.

os militares e comprou café dos cafeicultores quando o preço do grão despencou no mercado internacional (CAPELATO, 2007, p.119).

Contudo, apesar das diferenças do projeto previsto para o Brasil, Vargas tinha muito em comum com o que os idealizadores da república queriam para o país. A ordem e o progresso continuavam sendo um elemento importante para que o país prosperasse. O controle sobre os grupos sociais foi muito forte e para se ter pessoas aptas para os trabalhos nas fábricas, lojas e fazendas, elas precisavam estar sóbrias. Qualquer substância que alterasse os indivíduos, afetaria na produtividade do país. O Decreto 20.930/1932, institucionalizou a repressão sobre as drogas no Brasil e tipificou o tipo de cidadão que o país deveria ter⁴⁵.

Na edição número 158, de 1922, do Jornal *Pacotilha* (MA), disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é encontrado o relato de dois municípios do estado, Barra do Corda e Monte Alegre, que proibiram o uso e venda da maconha:

O primeiro fez passar uma lei proibitiva do plantio, venda e consumo de diamba, a terrível planta cujo uzo devasta aos nossos cabocios, fazendo, com incrível rapidez, de um trabalhador sadio e equilibrado um energúmeno idiota e desgraçado.

Multas elevadas foram consignadas na lei a fumadores, vendedores e plantadores da maconha, o terrível veneno vegetal que nos veio da Africa e precisava não somente de leis municipais ou estaduais severas para a repressão do seu trafico e consumo, mas de uma lei federal, ou de leis universais como as que reclamam para o ópio, ao qual não é inferior no danno que causa ao homem.⁴⁶

Além de estabelecer uma relação negativa entre a *cannabis* e o continente africano, depreciando seus usuários, a notícia demonstra o interesse de uma lei federal em criminalizar o consumo e a venda da planta.

No período próximo ao golpe de 1930, os jornais continuavam a noticiar a maconha de forma negativa. No Jornal de Recife, edição número 195, de 1930, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tinha-se a seguinte notícia: “RIO, 23 - ‘O Globo’ divulga a descoberta entre os presidiários da Casa de Detenção desta capital, do uso de uma planta africana chamada ‘diamba’ ou ‘maconha’, cujas folhas, quando são fumadas, produzem sonhos

⁴⁵ Durante o período do Estado Novo (1937-1945), Vargas criou mecanismo de controlar a população por meio das expressões artísticas. O samba, o frevo e o maxixe eram vistos como expressões culturais selvagens. O sambista deixava de ser malandro e tornava-se o trabalhador que só tocava depois de um dia de trabalho. Movimentos sociais foram reprimidos e a *Frente Negra Brasileira* (1931) foi fechada. VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 164-165.

⁴⁶ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=5971&Pesq=diamba>, acesso em 04 Dez. 2019.

e loucura”⁴⁷. A escolha das palavras para descrever a maconha não são por acaso. O locutor vincula ela aos detentos, ao continente africano e à loucura, fazendo parecer que, ao usá-la, o consumidor teria grandes chances de ser preso e de perder a consciência mental. Por ser de origem africana, seu consumo poderia levar o usuário a um estado de degeneração e de atraso, pois era assim que a sociedade via os negros na época.

O Decreto 20.930/1932 institucionalizou a vontade que a elite do país tinha de proibir o consumo da maconha, visando principalmente, aumentar a repressão sobre os negros. É possível que o uso da *cannabis* tivesse se disseminado nas diferentes camadas sociais, o que fez aumentar o alerta das autoridades sobre a planta. Deixar que uma prática de origem africana se torne popular no país ia contra ao projeto de Estado-nação brasileiro. Como já foi mostrado, outros hábitos fortemente ligados à cultura africana já haviam sido reprimidos, como a capoeira e o ofício de curandeiro. A maconha não escapou e, até os dias de hoje, continua sendo proibida no país, sendo uma das formas que o Estado tem de executar suas práticas racistas.

6. Conclusão

O contato dos seres humanos com a *cannabis* é muito antigo, sendo essa utilizada como um medicamento em diversas sociedades, dos tempos mais antigos até a atualidade. Porém, no Brasil do século XIX e XX, ela foi retratada na maior parte das vezes de forma negativa. Durante as pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram poucos os fragmentos de jornal que relataram a planta de forma positiva durante o período analisado.

Mesmo com a Coroa Portuguesa tendo uma feitoria da planta para incentivar o comércio do país no século XVIII, a planta sempre ficou fortemente vinculada no imaginário da população brasileira aos africanos que foram trazidos para cá. Como os negros, no decorrer dos séculos, sempre foram tratados pelos discursos hegemônicos, como “sub-raça”, “incapazes”, “retrógrados”, “demoníacos” e muitas vezes como nem mesmo seres humanos, tudo que fossem vinculados a eles não era bem visto e deveria ser reprimido. Primeiro foram as religiões, depois a capoeira e posteriormente a maconha.

Durante a pesquisa, não é possível afirmar a etnia e classe social dos usuários da *cannabis*, mas é possível perceber que ela era utilizada por várias pessoas, sendo difundida entre os brasileiros, talvez, da mesma forma que o álcool era. Então, porque ela foi proibida e

⁴⁷ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=maconha&pasta=ano%20192>>, acesso em 04 Dez. 2019

o álcool não? O mais plausível é que sua origem foi o fator determinante. Pelo seu vínculo com a população negra, ela não poderia ter seu consumo liberado, pois a aceitação do seu uso pelas autoridades significaria a aceitação de um elemento da cultura afro-brasileira, o que seria um “retrocesso para o país”.

Desde então, o Brasil não teve uma legislação que permitisse o consumo da maconha, sendo um dos países mais atrasados em relação ao assunto. Nas décadas seguintes do Decreto 20.930/1932, a guerra contra as drogas ganhou força em vários países e somente no século XXI é que esses mesmos países passaram por um revisionismo em relação ao tema.

O resultado disso é que temos um forte mecanismo do Estado brasileiro de reprimir a população, principalmente negra, no país. Dados de 2016 mostram que a população carcerária brasileira tinha chegado a 726,7 mil detentos, desses 74% são homens, na maioria jovens entre 18 e 29 anos (SANTOS, 2017, p. 30). Desses homens, aproximadamente 53% são negros; quando se foca no gênero feminino, 64% são negras. Entre os homens, o crime mais comum é o tráfico de drogas junto ao roubo, ambos representando 26% da população carcerária masculina. Quando se vai para o gênero feminino, os números são mais alarmantes, com 62% das mulheres sendo presas por tráfico de drogas (SANTOS, 2017, p. 43).

A legislação mais recente sobre drogas no Brasil é a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de prever um plano de recuperação para os usuários de drogas, do seu artigo 33 ao artigo 47, não distingue as quantidades que fazem uma pessoa ser usuária ou traficante, deixando a cargo dos agentes da lei essa distinção.

Estabelecer uma legislação de conscientização e de descriminalização da maconha em vez de opressão e de encarceramento dos usuários deveria ser uma prioridade dos governantes. Isso geraria uma sociedade mais consciente do consumo das drogas, menos trabalho para policiais, para os delegados, para os juízes, para os agentes penitenciários e para outros setores envolvidos direta ou indiretamente com o aprisionamento de usuários de maconha, além de deixar de perseguir toda uma cultura e etnia. Descriminalizar significaria, de forma simplificada, estabelecer uma quantidade máxima que o consumidor pudesse possuir e, a partir disso, definir quem era traficante e usuário, deixando explícito a diferença entre essas pessoas.

Com o passar dos anos, a maconha se tornou mais comum em todas as classes sociais, sendo habitual ter conhecidos que são usuários ou já experimentaram a planta. Contudo, quem sofre a maior parte da repressão é a população afro-brasileira que ainda é castigada com o

racismo institucional e estrutural do nosso país. Descriminalizar a planta significaria diminuir a repressão contra esse grupo social, o que não é de interesse das autoridades.

REFERÊNCIAS

ANNUNCIOS. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 5 Nov. 1891, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=15889&Pesq=cannabis

ARQUIVOS BRASILEIROS DE NEURIATRIA E PSIQUIATRIA. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, ano VI, p. 1-131, 1924.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, Luciana Leão. Linguagem – Estudos e Pesquisas. Vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011.

BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. Organização de Antonio Alvares de Miranda Varejão. Rio de Janeiro: 1º Livro de Leis, folha 39, 1830.

BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Organização de M. Ferraz de Campos Sales. Rio de Janeiro: 1º Livro de Leis, folha 39, 1890.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil: Centro Gráfico, 1824.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional: Centro Gráfico, 1891.

BRASIL. *Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1932, Página 978, 1932.

BRASIL. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 2 (Publicação Original).

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?” In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

CARLINI, Elisaldo Araújo. *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo: CEBRID, 2005.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. *Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional*. VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: política, cultura e sociedade, 2011.

CIGARROS DE GRIMAULT. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 Maio, 1983, p. 4.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=15889&Pesq=cannabis>.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DÓRIA, Rodrigues. *Os fumadores de maconha, efeitos e males do vício*. Memória apresentada no 2º Congresso Científico Pan-Americano, Washington, Dez. 1915.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GARGARELLA, Roberto. *Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois*. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 12, p. 167-180. Editora da UFPR.

GRINBER, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. I: 1808-1831*, 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HELIO. CLINICA MEDICA DO TICO TICO. *O Tico-Tico: Jornal das crianças*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1924, p. 11. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&pesq=cannabis&pasta=ano%20192>>.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. “*Sobre o vício da diamba*”, Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. 2. Ed, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do IBGE, 1958, [orig. 1918].

LEI N. 5 DE 22 DE JUNHO DE 1893. *Diario do Maranhão*, Maranhão, 30 Set. 1893, p. 2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=25651&Pesq=diamba>>

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016.

MOTT, Luiz. “A maconha na história do Brasil”. In: *Diamba sarambamba: Textos sobre maconha no Brasil*. São Paulo, Editora Ground, 1986. Disponível em:

<<https://luizmottblog.wordpress.com/a-maconha-na-historia-do-brasil/>>.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PACOTILHA. Pacotilha – Jornal da tarde, Maranhão, 24 Dez. 1883, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=16226&Pesq=diamba>.

PACOTILHA. Pacotilha, Maranhão, 14 Set.. 1883, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&PagFis=16226&Pesq=diamba>.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007,

PELA POLICIA. Pacotilha, 18 Jun. 1914, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=5971&Pesq=diamba>.

PRANDI, Reginaldo. *As religiões negras do Brasil – Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros*. Revista USP, São Paulo, dezembro-fevereiro de 95 e 96, pg. 64-83.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO. Pacotilha. Maranhão, 24 nov. 1886, p. 3.

SAAD, Luísa Gonçalves. “*Fumo de Negro*”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Tese (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Bahia, p 139. 2013.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *A queima de documentos da escravidão*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1988.

SANTOS, Rafael Guimarães dos. “Breve panorama etnobotânico sobre a maconha”. In: *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS, Thiago Lima dos. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, v. V, n. 15, jan/2013.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, p. 330-391.

ULTIMA HORA. Jornal de Recife, 24 Ago. 1930, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=maconha&pasta=ano%20192>>.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e apolítica cultural do Estado Novo”. In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 164-165.

VENDAS. Diário de Pernambuco, Pernambuco, 8 out. 1840, p. 4. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pesq=diamba&pasta=ano%20184>.